

RECENSÃO

Book review

KRISCHKE, Paulo José. *A CNBB e o golpe militar de 1964*. Letras Contemporâneas, 2010. 244 p. ISBN 978-85-7662-061-7.

Paulo Krischke nos apresenta um trabalho cuidadoso e bem documentado sobre as mudanças acontecidas no interior da Igreja brasileira após a Segunda Guerra Mundial até o golpe militar de 1964. O texto é uma reelaboração da sua tese de doutorado, que também acaba de ser publicada em inglês, nos Estados Unidos.

Já nas primeiras páginas, o autor introduz uma discussão epistemológica e os interlocutores com os quais problematiza interpretações sobre o papel da Igreja, especialmente no que diz respeito à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) durante a crise do projeto populista, que culminou com a intervenção militar. Nesse diálogo apresenta seus alicerces metodológicos, debatendo os compromissos ontológicos em jogo, privilegiando uma compreensão dialética da realidade social. Krischke destaca apenas os traços gerais e mais significativos das duas abordagens com as quais confronta.

A primeira linha teórica, que chama de *reduccionismo classista*, reporta-se a uma “visão ortodoxa e reducionista das classes sociais e de seus efeitos na esfera política”. Trata-se de uma incorreta interpretação de origem marxista sobre o papel político das instituições nas sociedades burguesas modernas, que causa uma “ocultação e intermediação dos interesses de classes”.

A segunda corrente, denominada *culturalismo corporativo*, é a perspectiva “estrutural-funcionalista da cultura política – entendida como *uma orientação padronizada para a ação política*”. Essa definição “deriva da *teoria dos sistemas* de Parsons”. O livro evidencia seu compromisso com o desafio de apreender a realidade social na sua complexidade e sutilezas, evitando simplificações e esquemas reducionistas.

Estrutura do trabalho

Na parte I, o capítulo I descreve os principais problemas e algumas interpretações divergentes que achamos na bibliografia. O capítulo II introduz a abordagem de Krischke e define os limites políticos e ideológicos da Igreja na esfera política, particularmente durante processos de transformação cultural e crise política.

Na parte II, o capítulo III analisa como foi implantado o estágio inicial do populismo e como, finalmente, entrou na crise que levou ao suicídio do presidente Vargas (1954). Na sequência, o capítulo IV expõe sobre como se criou a CNBB em 1952, o perfil ideológico-político desses agentes, suas expectativas e objetivos iniciais da instituição.

Na parte III, o capítulo V estuda o apogeu e crise do populismo e o capítulo VI analisa as mudanças no interior da Igreja nesse período e a crescente influência da CNBB.

Na parte IV, o capítulo VII apresenta a conclusão principal sobre a relação entre a “transformação da Igreja” e o declínio da “legitimação motivacional do regime populista”. Finalmente, o capítulo VIII expõe uma compacta e completa síntese da linha argumentativa central e as teses sustentadas ao longo do trabalho. Para encerrar, apresenta o que chama de “lacunas e insuficiências”, explicitando os percursos ainda em aberto para complementar e aprofundar a presente pesquisa.

Estilo e linguagem

A escrita de Krischke é clara, direta e acessível também para os leitores não acadêmicos, pois convida a uma instigante, cuidadosa e aprofundada discussão histórica, boa para refletir. Por outro lado, no estilo do autor, apreciamos que as dimensões de *episteme* e *práxis* não são polos opostos, mas sim instâncias complementares na trama explicativa do texto.

Este estudo revela seu espírito docente e estilo didático, pois em cada sessão o autor retoma teses anteriores desde diferentes ângulos e/ou contextos, o que auxilia para acompanhar a argumentação.

Concomitantemente, o autor sempre esclarece o contexto institucional, social, cultural, político, econômico e até ideológico em que se articulam as relações e se desenvolvem os processos, segundo esta interpretação.

Interfaces

Esta obra se inscreve no campo da sociologia política e, sem que pretenda ser uma pesquisa historiográfica, suas ricas e numerosas contextualizações dos fenômenos permitem uma clara percepção do contexto e do processo histórico entre 1945 e 1964.

De modo semelhante, sem procurar ser um trabalho economicista, este estudo desdobra argumentos sobre as avaliações, as decisões e os compromissos político-ideológicos envolvidos nesse período, a partir de dados econômicos que lhes dão embasamento.

Por último e, curiosamente, embora não seja de maneira alguma um texto sobre doutrina religiosa, suas hipóteses, análises e esclarecimentos auxiliam a entender fundamentos da fé católica. Isto é, ainda que não tenha pretensão alguma de discutir a dogmática cristã católica, pois não é um texto teológico, permite, contudo, compreender melhor alguns princípios que se traduziram em preceitos e práticas eclesiais, como a *caridade* ou a *fraternidade*, por exemplo. O autor analisa como esses axiomas, completamente inspirados na religiosidade católica, traduziram-se em estratégias, programas, decisões e ações concretas dentro da Igreja católica brasileira nas décadas de 1950 e 1960.

Contribuições

Nesta parte, gostaria de chamar a atenção, primeiramente, para as conclusões do autor no debate epistemológico sobre a metodologia mais adequada para analisar os limites da autonomia política da Igreja católica no Brasil no período analisado.

A hipótese do autor é que tanto o “reducionismo classista” como o “culturalismo corporativo” abrigam “problemas não resolvidos”, e eles estariam relacionados às “inadequações” implícitas nas próprias abordagens. Krischke entende que o “reducionismo classista” se equivoca quando propõe achar uma “expressão imediata de interesses de classe em instituições culturais e religiosas”, pois se esta corrente considerasse adequadamente as conclusões de Marx sobre o “papel da ideologia e da religião na sociedade capitalista moderna e no Estado burguês”, conheceria que essas instituições privadas “necessariamente intermedeiam aqueles interesses através de um duplo processo de intercâmbio ideológico e interação social (facilitando assim a combinação e/ou confrontação entre tais interesses)”. Isso acontece

como um processo de “relacionamento e transação entre os setores subordinados e dominantes da sociedade” (KRISCHKE, p. 27-28).

Por outro lado, o autor critica o “culturalismo corporativo”, porque pode entender-se que a “cultura cívica” da democracia estadunidense operaria como referência à qual as demais culturas deveriam se remeter e, talvez, “se adaptar, como uma meta desejável de *desenvolvimento e modernização*”. Isso aconteceria a partir de dois elementos: as *variáveis padronizadas* de Parsons e o conceito de Easton da “política como um sistema de *insumo-produto*”. Outro aspecto conflitante dessa abordagem são as pretensas *neutralidade e universalidade*, a partir das quais o funcionalismo estrutural cai na pretensão de “estar acima das contradições históricas e das especificidades sociais (ou nacionais) concretas”.

Portanto, para Krischke, esta linha de análise é incapaz “de situar historicamente o papel da Igreja em contextos de mudança social e crise política” (KRISCHKE, p. 29-32).

Em face desta discussão, o autor apresenta uma trama analítica com a proposta de superar essas “inadequações metodológicas”, para poder “integrar a evidência histórica disponível”. Para tal empreitada, integra autores como Weber, Marx, Gramsci, Habermas, E. Bloch e Portelli, entrelaçando conceitos e categorias tais como “bloco histórico”, “crise hegemônica”, “intelectuais orgânicos”, “reforma moral intelectual”, “âmbito das motivações”, “(re)orientação motivacional”, “componentes tradicionais do sistema de legitimação”, “ideologia”, “religião de Estado”, “esperança e utopia sociais”, “instituição secundária”, entre algumas das ferramentas mais relevantes. Dessa rede conceitual surge uma interpretação que corresponde com o compromisso de um intelectual crítico e engajado ao mesmo tempo.

Em segundo lugar, é preciso destacar o ‘feitio’ na construção da linha argumental central e conclusões às que Krischke chega. Percurso que podemos esquematizar assim:

1. Depois de 1945, a partir de novas lideranças com novas perspectivas na Igreja do Brasil, especialmente entre os bispos, apoiadas por novas orientações doutrinárias do Vaticano, teve início uma reforma moral/intelectual de corte democrático dentro da Igreja, uma reforma motivacional profunda, uma renovação religiosa e institucional.
2. A reorientação das tarefas institucionais e motivacionais aconteceu com autonomia no plano da Igreja.

3. Esse processo se constituiu num canal para a convergência e unificação ético/religiosa de projetos através da doutrina social, consolidando coerência do bloco ideológico católico, como uma resposta à crise nacional.
4. A reforma religiosa interagiu com o despertar “utópico” dos setores sociais subordinados (rurais e urbanos), numa transformação motivacional conjunta, apoiando as demandas dessas classes e de outros atores sociais históricos emergentes.
5. Afinidades programáticas entre ação social da Igreja e nacionalismo desenvolvimentista do governo não significavam identificação de objetivos e projetos.
6. A Igreja, como o resto da sociedade, ficou internamente dividida numa polarização que acompanhou a crise do regime populista.
7. Com isso, a religião perdeu sua função usual de manter a coesão do apoio motivacional à legitimidade política entre seus componentes mais tradicionais.
8. Essa ambiguidade da Igreja contribuiu para a polarização e radicalização dos setores conservadores reacionários, os progressistas e os esquerdistas no resto da sociedade. Numerosas ações, nessa linha de transformação, contribuíram, por um lado, para “agravar a crise interna da Aliança Populista Desenvolvimentista”, o que se traduziu numa “divisão do bloco dominante”. Pelo outro, “interagiram com a *reforma moral e intelectual* emergente entre as classes subordinadas, através da sanção religiosa positiva que deu às lutas por participação democrática e pluralista” (KRISCHKE, p. 222).

Krischke resume sua tese afirmando que a Igreja “criou seus próprios recursos morais, intelectuais e institucionais a fim de influenciar o sistema político” e que ela mostrou seu “caráter político ‘secundário’, autônomo, apoiando tanto a coesão quanto a transformação da legitimidade política do país” (KRISCHKE, p. 223).

Não tenho dúvidas de que o/a leitor/a saberá apreciar muitos outros elementos que fazem deste trabalho uma obra instigante e apaixonante.

Por esse motivo e pelas razões anteriormente apresentadas, só me resta recomendar sua leitura e deixar testemunho do prazer em ler e resenhar este livro.

Leandro Marcelo Cisneros*

Recebido: 14/02/2013

Avaliado: 20/02/2013

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES.